



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

A categoria de subjetividade em Marx e Lukács

Rafael Bellan Rodrigues de Souza¹

Resumo: O texto busca apresentar notas teóricas sobre a categoria de subjetividade, tendo por base a produção do jovem Karl Marx e a obra de maturidade de György Lukács. Coloca-se em questão a unidade e contradição entre os polos objetividade/subjetividade enquanto trabalho e práxis surgem como atividades sociais produtoras da existência humana. A consciência deixa de ser um fenômeno de expressão biológica e adquire a função de mola propulsora dos pólos teleológicos que, na tensão dialética com a causalidade, transforma e modifica os itinerários originais do mundo orgânico e não orgânico. Noções lukacsianas como objetificação, alienação e estranhamento explicitam os desafios da constituição da subjetividade frente às determinações do metabolismo do capital.

Palavras-chave: subjetividade; Lukács; Marx; ontologia.

The category of subjectivity in Marx and Lukács

Abstract: The text aims to present theoretical notes on the category of subjectivity, based on the writings of the young Karl Marx and the mature work of György Lukács. It questions the unity and contradiction between the poles of objectivity/subjectivity, as work and praxis emerge as social activities that produce human existence. Consciousness ceases to be a phenomenon of biological expression and acquires the function of the driving force of teleological posits which, in dialectical tension with causality, transform and modify the original trajectories of the organic and inorganic world. Lukacsian notions such as objectification, alienation, and estrangement explain the challenges of constituting subjectivity in the face of the determinations of the metabolism of capital.

Keywords: subjectivity; Lukács; Marx; ontology.

1 Introdução

Este texto busca evidenciar, em algumas notas, como a categoria de subjetividade é tratada nas reflexões do jovem Marx, em especial nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, e na sua leitura por parte do filósofo húngaro György Lukács em sua principal obra de maturidade. Os lineamentos dados à questão nos capítulos “O ideal e a ideologia” e “O estranhamento” - presentes na parte sistemática de *Para uma ontologia do ser social* - podem ser consideradas uma das melhores e mais concretas elaborações sobre a questão da consciência e suas formas; no interior da tradição e práxis do materialismo histórico. No referido estudo, as bases ontológicas do pensamento são postas em relevo, sempre em associação com a atividade humana.

¹ Doutor em Ciências Sociais, Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. rafaelbellan@yahoo.com.br | <https://orcid.org/0000-0003-0165-2927>

O tratamento da subjetividade deslinda assim que o desenvolvimento da individualidade e da personalidade, os processos de maturação da consciência humana, não são dados culturalmente, ou construídos pelos discursos circulantes em um dado contexto histórico, mas são produzidos materialmente e idealmente pelos pores teleológicos (Lukács, 2013) dos humanos, em uma “interação dialética com a totalidade social em seu contraditório e desigual processo de continuidade” (Costa, 2015, p. 71).

O débito de Lukács com os Manuscritos (só publicados em 1932) já foi bastante documentado. O próprio filósofo húngaro o faz em diversos momentos (Lukács, 2017; 2013). Inspirado em tal leitura, ele realiza o que alguns chamam de virada ontológica (Oldrini, 2017). Somado a leitura dos Cadernos Filosóficos de Lênin, os Manuscritos trazem novo lustro para as reflexões e revisões (autocríticas) por parte de Lukács. Como aponta Netto (2023), ele passa a rever os núcleos da dialética, considerando a objetividade da natureza e da sociedade, revisando estruturalmente a relação entre a dialética hegeliana e a dialética marxiana, colocando a si mesmo a tarefa de revisão sistemática dos fundamentos aos quais trabalhava até atuar em Moscou, nos anos 1930, junto a Mikhail Lifschitz, no Instituto Marx-Engels. No prefácio de 1967 da republicação de História e Consciência de Classe (Lukács, 2012) o marxista húngaro relata o impacto da reflexão do jovem Marx na sua própria trajetória intelectual, apontando como o texto o fez combater seus preconceitos idealistas, baseados em uma interpretação hegeliana do pensamento de Marx. O material “novo” o fez rever seus princípios até então: “(...) ainda consigo me lembrar do efeito transformador que produziu em mim as palavras de Marx sobre a objetificação como propriedade material primária de todas as coisas e relações. A isso somava a compreensão, já mencionada, de que a objetificação é um tipo natural - positivo ou negativo, conforme o caso – do domínio humano sobre o mundo (...)” (Lukács, 2012, p. 46).

Segue a partir daí a noção, inspirada em Marx, de que os humanos congregam um “ser objetivo, genérico, universal e inextrincavelmente conectado à natureza e, especialmente, que essa conexão se efetiva pela mediação do trabalho (...)” (Netto, 2023, p. 23). A visão de Lukács sobre a relação entre existência e essência humana, entre subjetividade e objetividade é profundamente alterada, se comparada a sua obra de juventude, em especial, o clássico História e Consciência de Classe.

Musto (2022) ressalta a inegável relevância dos Manuscritos, mas traça importante alerta sobre sua real condição enquanto um esboço inicial que antecipa, de forma precoce, questões desenvolvidas mais tardiamente na obra marxiana. Elas são, todavia, pistas iniciais de um caminho crítico, sendo apenas uma etapa dele. Ao combater o “mito” do jovem Marx, fica o alerta para os riscos em se hipostasiar reflexões ainda condicionadas pela maturação filosófica de um pensador que não havia trilhado a militância política, nem se debruçado nos densos estudos e reelaborações contantes, bem como os combates intelectuais de décadas - isso sem falar na tarefa de crítica incansável da economia política até então.

2 Marx e os sentidos humanos

Martins (2024) defende que nos Manuscritos de 1844 de Marx há uma análise da conformação da subjetividade, bem como dos atributos essencialmente humanos de homens e mulheres. Subjetividade então se reportaria “a tudo aquilo que está locado no sujeito humano (suas forças ativas, seus sentimentos, suas paixões, etc), por contraste às condições externas de existência, objetivas, que precedem à entrada do(s) sujeito(s) na interação mundana” (p. 4). Essa subjetividade é sempre ativa e construída pelas mediações históricas em seus complexos. “Nas páginas dos Manuscritos a determinação marxiana da objetividade é tematizada pela primeira vez em termos claros, e junto a ela se encontra a importante tese da prioridade do ontológico – dos atributos e nexos próprios da coisa – sobre a consciência” (Fortes, 2011, p. 34).

Na seção XXVI do capítulo sobre o *Trabalho estranhado e a propriedade privada*, Marx (2010) aponta a genericidade do ser humano, já que ele tem a capacidade de tornar a si mesmo um ser universal, livre. Ele faz de toda a natureza o seu corpo inorgânico, tanto como um meio de vida imediato como mediado pela sua atividade vital, visto ser objeto/matéria dela. O trabalho aparece como mediação fundamental da existência humana, pois só na elaboração do mundo objetivo o ser humano prova-se realmente como ser genérico. A subjetividade é parte de tal complexo. “O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal” (Marx, 2010, p. 84). O objeto do trabalho é a

objetivação da vida genérica humana, o que faz com que nos deparemos com um mundo criado por nós.

Para Netto (2020) a concepção filosófica-antropológica de Marx se ergue nos Manuscritos, pois retrata a “emergência do ser do homem pela via de sua atividade vital, o processo da autoconstituição (autoprodução) do homem mediante o trabalho” (p. 108). Como a objetificação/externalização básica do ser humano é o trabalho, na qual natureza e humanidade são polos constituidores e constituintes, coloca-se a noção ontológica de que somos seres práticos e sociais, seres da práxis. Todavia, entre a existência e essência humana, há um obstáculo dado pela propriedade privada, em que se trava o desenvolvimento desta essência, com o dessapossamento da capacidade de exteriorização da vida de forma livre e consciente. Martins (2024) afirma que por mais que a difundida noção de que o trabalho humano altera a realidade externa, mas também a subjetividade do sujeito do pôr, esteja presente nos Manuscritos, a categoria de atividade é mais ampla, pois nela os seres sociais exteriorizam suas forças vitais.

Desviando-se da unidade entre sujeito e objeto de matriz hegeliana, Marx entende o campo subjetivo como interioridade de forças, paixões, sentimentos, consciência ativa, que se interpenetra com as condições objetivas de existência. Formado historicamente nesta relação com a materialidade objetiva, a subjetividade é ativa e não “natural” originariamente, mas produzida e produtora da história do gênero humano, em suas mudanças em uma totalidade. Os próprios sentidos humanos são vistos por Marx como resultantes da práxis mediadora com a riqueza objetivamente dada pela essência. “A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui” (Marx, 2010, p.110). O alargamento das barreiras naturais pelo trabalho e pela concreção da sociabilidade humana é também acompanhado pela expansão dos atributos humanos, inaugurando formas novas de interação sensível entre os humanos e a realidade histórica. “O que hoje nomeamos como sensibilidade (utilizando a palavra agora no sentido de aptidão para o exercício de alguma atividade criativa) é o resultado de uma extensa cadeia de mediações simultaneamente objetivas e subjetivas que não se evidenciam para o observador desavisado” (Martins, 2024, p. 5).

A objetivação da essência humana faz com que se humanize os sentidos assim como também embute feições e atributos de ordem humana na realidade material e natural. “O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza

inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou (se relaciona) consigo enquanto ser genérico” (Marx, 2010, p. 85). O filósofo alemão compara essa essencialidade com a produção animal, analisando sua diferença no que toca à necessidade inescapável dos outros seres vivos de atenderem de forma imediata suas demandas de sobrevivência. Isso porque a humanidade consegue produzir independente da carência física, sendo capaz de construir sua liberdade em relação a ela. O ser genérico produz e duplica (da sua consciência) um mundo novo, e depois se depara com suas marcas humanas nele.

O ser humano é plural e ativo e suas forças essenciais só se desenvolvem na mediação com os objetos, que podemos entender como todo o “perímetro de realidade” (Martins, 2023, p.3), em algo que existe fora do eu e de suas intencionalidades, e cuja existência própria antecede o ato consciente do por. O sujeito social se firma na modificação da exterioridade e modificação da interioridade. Sendo parte também da natureza objetiva, seres humanos são portanto a própria natureza automediada. A externalização das aptidões humanas são uma característica essencial do ser social, definindo seu modo próprio de atuar na realidade objetiva. No complexo do trabalho, a modificação do ambiente natural pelos seres humanos faz com que eles produzam suas condições de sobrevivência, visando alterá-la para atender suas necessidades, e também coloca para eles a constituição deles próprios e de suas individualidades ao externalizarem sua subjetividade, conexão que possibilita a formatação de suas percepções, sentimentos e compreensões.

Nos atentamos até aqui em observações retiradas somente dos Manuscritos. Mas vale referenciar que em estudos como o de Chagas (2013), verifica-se em outras obras marxianas apontamentos salutareos sobre tal problemática: “1. a subjetividade não como autônoma, abstrata; 2. a subjetividade não como dada naturalmente, imediatamente ao indivíduo; 3. a subjetividade como construída historicamente; e 4. a importância da presença da subjetividade na construção, na transformação, na apreensão e na interpretação cognitiva do real, da realidade” (p. 66).

3 Lukács e os pôres teleológicos

Lukács (2013) resgata a definição de trabalho presente nos Manuscritos e avança para a compreensão da relação subjetiva de prévia-ideação e objetivação humana. Um projeto idealmente planejado na consciência alcança sua realização terrena, transformando a materialidade e, no encontro com a natureza, por vezes a confrontando, o ser humano produz um mundo humano jamais antes possível sem sua exteriorização. O ato do por teleológico do trabalho define sua existência social; antes um ser meramente orgânico que alça a si próprio a um novo tipo de ser autônomo. “Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na continua realização de pores teleológicos” (Lukács, 2013, p. 52). Categoria fundante do ser social, o trabalho inaugura uma nova forma de ser, qualitativamente nova em relação ao ser inorgânico e orgânico. A novidade está na realização do pôr teleológico seguindo parâmetros pensados e desejados subjetivamente. O pôr teleológico traz sempre a ação de uma subjetividade em direção a objetividade. “No caso do trabalho esta objetividade aparece como os nexos causais da natureza, como determinações materiais dos objetos que devem ser apreendidos e corretamente manuseados para que possa de realizar as finalidades que movem o fazer dos homens” (Fortes, 2014, s/p).

A consciência transcende sua adaptabilidade imediata ao ambiente e executa transformações no seu próprio habitat, algo impossível aos outros animais. Lukács (2013) afirma assim que o ser humano é capaz de criar realidades novas em mediação com os processos naturais, sendo que a exteriorização do sujeito seria o fundamento da práxis e da subjetividade humana. É na atividade de trabalho (proto-forma da práxis) que se origina a vida social. Nesse processo, a consciência deixa de ser um fenômeno de expressão biológica e adquire a função de mola propulsora dos pôres teleológicos que, na tensão dialética com a causalidade, transforma e modifica os itinerários originais do mundo orgânico e não orgânico. Partindo da reflexão marxiana de que a gênese ontológica da subjetividade está no trabalho, considera-se que a consciência amadurece (em sua autonomia relativa) enquanto resultante do salto ontológico promovido pela mediação entre sujeito e objeto. Essa essencialidade tem sua gênese quando “(...) um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto

com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo” (Lukács, 2013, p. 53).

Uma homogeneidade entre natureza e trabalho, entes até então heterogêneos, é resultante do entrelaçamento entre causalidade e teleologia; o processo de trabalho os unifica e ao final tem-se o produto do trabalho. Um pôr teleológico produz novos pôres e essa cadeia faz surgir uma totalidade complexa, ampliando o escopo social dos seres humanos de forma ampla, tornando a relação natureza/humanidade cada vez mais especificamente social. O trabalho é fenômeno fundante da práxis, mas também o modelo da estrutura e dinâmica do pôr teleológico, que sempre é conscientemente elaborado. Assim, é nesta mediação entre idealidade e objetividade material que se desenha a forma geral da atividade humana.

Entendendo as atividades humanas no campo da práxis, pode-se passar para outro ponto destacado por Lukács, o dos pôres teleológicos secundários. Eles brotam na vida social quando os seres humanos têm como finalidade de sua atividade induzir os outros humanos a realizarem seus pôres teleológicos na direção da finalidade pensada pelo agente. Aqui os sujeitos são também vistos como objetos de pôres teleológicos, o que estrutura as relações sociais e também produz a possibilidade de autotransformação futura de seu ser genérico. A divisão do trabalho torna-se possível com base nesta intencionalidade de coordenar a atividade humana de outrem. Colocar em marcha a finalidade de conduzir a ação de outros indivíduos evidencia o papel da socialidade na moldura da economia fetichizada, ainda que nela não se reduza.

“A concretização ontológica baseia-se objetivamente em que doravante o que se defronta com a causalidade natural, pondo-a em movimento, não é mais só o pôr teleológico humano, mas, já no âmbito da pura economia, também o próprio ser social composto de atividades humanas e posto em movimento por elas” (Lukács, 2013, p. 366). Todos os momentos que compõem a estrutura e dinâmica da esfera econômica são expressões de atos teleológicos postos em movimento por subjetividades. O momento ideal é sempre ponto de partida de tais pores singulares, sejam primários ou secundários. Lukács (2013) lembra que em algumas esferas ideológicas mais desenvolvidas pode haver pôres que só remotamente influenciam o agir material, mas, ainda assim, sempre limitado pela objetividade social.

O momento real objetivo é sempre predominante nesse complexo ontológico da práxis humana. Todavia, o chamado momento ideal, ao colocar em movimento suas finalidades pensadas, congrega também na consciência os caminhos para alcançar tais fins. Para uma práxis ser possível é fundamental que uma consciência perceba o mundo exterior e seus objetos, apreendendo-o idealmente em uma reprodução espiritual. Esse espelhamento da realidade na mente dos seres humanos ganha ares de autonomia da realidade material. Essa distância da imagem em relação à natureza é tipicamente humana. “No processo de formação do espelhamento da realidade – construção da imagem na consciência – verificamos a ação ativa por parte da subjetividade, seja atribuindo valor às suas ações, seja atribuindo valor aos resultados de sua atividade (...)” (Fortes, 2011, p. 171). Há uma relação intrínseca entre teleologia, espelhamento e causalidade. O momento cognitivo da práxis depende do espelhamento da realidade na mente do agente, em sua autonomia imediata na consciência, e expressa o papel ativo da subjetividade. A correção do espelhamento é sempre demonstrado ao fim do pôr, a depender da realização concreta da finalidade planejada idealmente.

Entende-se o momento ideal como uma esfera de representações que delimitam os pôres teleológicos, sendo o momento de iniciativa, de avaliação consciente de uma realidade pensada e impulso de ações de objetificação e externalização, sendo que sua realização depende da legalidade objetiva do processo como um todo. Assim, por vezes, os resultados dos pôres atingem causalidades que podem se distanciar da intencionalidade dos sujeitos que o produziram, sendo que pode até mesmo alcançar outros caminhos não previstos corretamente pelos seres sociais.

A noção lukacsiana de complexo de complexos, cujas dimensões subjetivas e objetivas compõem a estruturação sempre dinâmica do ser social, revelam como as múltiplas determinações objetivas, mediadas por intencionalidades humanas e as resistentes barreiras naturais, criam novos complexos, bases aos quais os humanos deverão desenvolver seus novos pôres. Longe de uma expressão subjetiva meramente contemplativa, ao sujeito cabe uma iniciativa ativa perante a objetividade, pois sem pôr teleológico não há a possibilidade de conhecimento e percepção correta, pois é ele que oferece a orientação concreta para o espelhamento do ser-em-si do objeto.

4 Objetivação, alienação, estranhamento

Uma objetivação da subjetividade se dá simultânea a subjetivação da objetividade social, internalização da vida social na consciência. Os sentidos humanos também são modificados nas atividades humanas, nesse movimento de exteriorização da subjetividade, interiorização da realidade posta. Lukács (2013) destaca que a objetivação do objeto e a alienação do sujeito se dão de maneira unitária como fundamento da práxis.

O filósofo húngaro analisa o pôr do trabalho e vislumbra a subjetividade se desenvolvendo, ao mesmo tempo em que se expande a socialização de seu mundo, marcado pelas objetivações postas pelos humanos. As noções de objetividade e de subjetividade são a expressão dos desdobramentos do material e do ideal nos processos sociais. Quanto mais se amplia a socialização, mais complexas e ricas se tornam as determinações da genericidade do ser social, mas sempre atravessadas pelas contradições produzidas nas etapas de sua processualidade. No fundamento do ser evidencia-se um duplo espaço de socialização: “(...) na objetivação temos o processo de socialização do mundo dos objetos, enquanto a alienação se refere ao processo tanto da socialização dos sujeitos, quanto do desenvolvimento da personalidade dos indivíduos” (Fortes, 2011, p. 202). O lema marxiano de que os humanos fazem a história, mas em circunstâncias não decididas por eles dá-se em cada sujeito singular, em suas atividades na vida cotidiana. Quando os pôres teleológicos movimentam cadeias causais e se tornam parte da realidade, eles também passam a ser causalidades, como a divisão social do trabalho, que direcionam as alienações e objetivações.

A objetivação trata-se do momento de expansão dos limites das barreiras naturais, da crescente ampliação dos seres humanos de sua potencialidade enquanto construtor do mundo humano social, redefinindo suas condições de existência e inaugurando novas necessidades. Já a alienação alude à adequação da subjetividade aos processos produtivos reinantes, guiados pela atividade diante da natureza. Ela está ligada ao ato singular do pôr e se dirige à interioridade de homens e mulheres. As necessidades advindas da externalidade exigem a modificação dos sujeitos e o controle dos seres sociais sobre si mesmos (Fortes, 2014, s/p). Percebe-se como a totalidade do ser social envolve a constituição do momento objetivo de construção da objetividade social e também a humanização e desenvolvimento da personalidade dos sujeitos.

Os confrontos subjetivos com a dinâmica social e os variados atos singulares de pôres que a estruturam se sintetizam na composição da personalidade. A socialização do mundo e a humanização do ser humano podem ter temporalidades distintas, o que se evidencia em outra categoria relevante no trato de Lukács sobre a subjetividade: o estranhamento. Ele pode ser descrito como uma antítese entre o avanço da capacidade humana e o desenvolvimento da personalidade. “O estranhamento não é algo inerente ao trabalho, mas oriundo das relações sociais estabelecidas pelos homens, estas configuram a especificidade do trabalho na linha de desenvolvimento histórico do ser social” (Fortes, 2014, s/p).

O estranhamento é atividade desumanizadora do ser social. Afinal, o desenvolvimento das forças produtivas gera ao mesmo tempo desenvolvimento das capacidades humanas, mas estas últimas não promovem necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, podendo até mesmo rebaixá-la, deformá-la, corroê-la no sentido da barbarização da vida afetiva humana (Lukács, 2013).

Conforme temos sublinhado, o marxista húngaro separa o ato de trabalho e de práxis em dois momentos, a objetivação e a alienação. Mesmo inspirado no Marx dos Manuscritos, Lukács (2013) reconhece que a terminologia dos escritos de sua maior influência trata a questão de modo unitário, mesmo que usando terminologias diversas. Na objetivação, elementos da natureza ganham conotação social, sendo produto do sujeito e de seu plano subjetivo, e tornam-se parte da existência concreta em seus níveis imediatos. A alienação seria a reapropriação dessa externalidade no campo subjetivo, seria o momento ideal da objetificação, não necessariamente uma categoria negativa da práxis. Ela é o efeito retroativo do próprio ato do pôr sobre o sujeito atuante. Não obstante, o estranhamento é fruto das relações socioeconômicas capitalistas; só há na vida humana estranhamentos concretos. Todas as formas de estranhamentos que se destacam em um período histórico estão estruturadas no sistema de metabolismo social imperante. Assim, a superação objetiva destes estranhamentos depende da mudança para outra formação econômica, com novas balizas de sociabilidade e outra práxis.

5 Considerações Finais

O estudo sobre o complexo da objetivação/alienação faz emergir o papel da subjetividade e da consciência no autodesenvolvimento do ser social. Entre os

indivíduos singulares e a totalidade ergue-se um conjunto de determinações, sendo que o trabalho e a linguagem são as formas básicas de criação da realidade objetiva. Diferente do entendimento mais generalizado da noção de alienação no campo marxista, em que ela se confunde com o estranhamento, Lukács (2013) não aponta a categoria como sinônimo de “perda, empobrecimento, separação, dominação” (Frederico, 2013, p. 161), mas sim, em um sentido positivo, que se distancia da tradição marxista do uso teórico da categoria. Alienação apontaria para o momento do “para si”, em que a subjetividade ganha a auto-consciência de seu gênero. Nela torna-se possível, na interioridade, a produção da personalidade, em individualidades não mais restritas à particularidade. Não obstante, como tal desenvolvimento da personalidade humana não é linearmente compatível com o progresso das forças produtivas postas em cadeia no pôr teleológico, surge o estranhamento, que afasta abruptamente os seres sociais desses desenvolvimentos, acelerando a desumanização dos sujeitos. É a perda do controle dos humanos sobre a sua vida social, um tipo negativo de objetivação.

Marx e Lukács conduzem uma compreensão do polo subjetivo perseguindo a máxima materialista de que não há objeto sem sujeito, nem sujeito sem objeto. Ou melhor, “a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico” (Chagas, 2013, p. 65). Na dialética fenômeno/essência, fica demarcada a origem puramente social do complexo da consciência, afinal, os seres humanos têm como sua essencialidade o mundo humano, produzido por eles próprios. É a existência social quem determina a consciência, mas sempre em um processo ativo de um sujeito que reconstrói e transforma processualmente seu ser.

Distante das variadas expressões de subjetivismos que imperam nas análises sociais contemporâneas, que hipostasiam, na esfera da idealidade, as necessárias mudanças históricas, no marxismo ganha espaço a compreensão da autotransitividade da relação sujeito/objeto. Projetos emancipatórios que não perpassem a materialidade social da estrutura capitalista, certamente irão naufragar no combate real e concreto do estranhamento. Até porque a atividade isolada da consciência não é capaz de mudar a base social de produção dos meios de vida. Não obstante, enquanto uma revolução social necessita transformar objetivamente a produção, o agir crítico motivador deste

projeto não pode prescindir da renúncia e descarte das imagens do passado que não ultrapassam as amarras subjetivas da ordem social do capital.

6 Referências

CHAGAS, Eduardo F. **O pensamento de Marx sobre a subjetividade**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n.2, p. 63-84, Maio/Ago, 2013.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. **Lukács e a subjetividade**. Plaza Pública, Tandil: FCH - UNCPBA, Año 8, n. 13, jul. 2015.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Alienação, objetivação e estranhamento na Ontologia de Lukács**. Revista Herramienta, 7 jul. 2014. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/aliena-o-objetiva-o-e-estranhamento-na-ontologia-de-lukacs> . Acesso em 19 de novembro de 2025.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento**. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FREDERICO, Celso. **A arte no mundo dos homens: o itinerário de Lukács**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social. II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Pensamento Vivido: autobiografia em diálogo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MARTINS, Maurício Vieira. **Marxismo e subjetividade**. A Terra é Redonda, 14 dez. 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/marxismo-e-subjetividade/> . Acesso em: 15 de jan. de 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MUSTO, Marcelo. **Repensar Marx e os marxismos: guia para novas leituras**. São Paulo: Boitempo, 2022.

NETTO, José Paulo. **Apresentação - Lukács: o longo caminho a até a Estética**. In: LUKÁCS, György. Estética: a peculiaridade do estético. São Paulo: Boitempo, 2023.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

OLDRINI, Guido. **György Lukács e os problemas do marxismo do século 20**. Maceió: Coletivo Veredas, 2027.